

O encontro faz parte de uma série que a Agência Nacional de Saúde Suplementar planeja fazer para apresentar e esclarecer possíveis dúvidas sobre a nova proposta cálculo do reajuste dos planos individuais e familiares. A intenção é detalhar a metodologia, esclarecer aspectos técnicos e dirimir eventuais dúvidas relacionadas ao tema.

Esses encontros antecipam os debates previstos para a audiência pública marcada para o dia 13/11, quando serão colhidas também sugestões de toda a sociedade.

A agência reguladora defende um modelo que combina a variação das despesas assistenciais (VDA) com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Assim, a VDA reflete diretamente as despesas assistenciais, ou seja, as despesas com atendimento aos beneficiários de planos de saúde, enquanto o IPCA incide sobre as despesas não assistenciais das operadoras (despesas administrativas, por exemplo). O índice deixa então de se basear exclusivamente na VDA, mas continua sendo composto por uma fórmula única, que reúne as duas variações, com peso de 80% para as despesas assistenciais e 20% para as não assistenciais. A ANS aposta na “eficiência das operadoras” como forma de reduzir os índices de reajuste para os beneficiários.

Para os órgãos de defesa do consumidor faltou uma simulação que permita a comparação entre a fórmula atual e a que está sendo proposta. Segundo Maria Lacerda, do Procon-SP, o que o consumidor quer saber é quanto vai pagar. Se haverá redução ou não nos índices de reajuste.

Outra proposta apresentada em conjunto pelo Procon, Idec e Proteste é a revisão da norma. A agência reguladora propõe 4 ou 5 anos, mas os grupos de defesa do consumidor reivindicam um prazo menor.

Fonte: Fundação Procon, em 30.10.2018.